

ALBERTO PINHEIRO TORRES

Legislaturas: I.

Data de nascimento

- 1874-11-02.

Localidade

- Braga.

Data da morte

- 1962-07-31.



Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra (1900).

Profissão

- Advogado;
- Jornalista.

Carreira profissional

- Inicia a actividade profissional no Porto;
- Subdelegado do Procurador Régio em Cabeceiras de Basto;
- Com o advento da República, em 1910, foi exonerado das suas funções públicas e dedicou-se exclusivamente à advocacia, no Porto;
- Director do diário católico *A Palavra* (1910);
- Foi director e colaborador de muitos jornais e revistas católicas;
- Foi um dos fundadores da Ordem dos Advogados, integrando o seu primeiro Conselho Geral (1927).

Perfil político-ideológico

- Católico. Fundou o Círculo Católico de Operários, em Vila do Conde, e foi precursor da Obra dos Congressos Católicos, tentativa de relançamento do Movimento Social Católico. Director de *O Grito do Povo* (1907); Membro fundador do Centro Católico Português (1917), no qual ocupou várias funções directivas; Director do diário católico *A Palavra*;
- Monárquico;
- Integralista. Colaborou na revista *Alma Portuguesa*, órgão do Integralismo Lusitano (1913).

Carreira político-administrativa

- Administrador do Concelho de Caminha (Monarquia);
- Director da Casa de Correção e Detenção do Distrito do Porto (Monarquia);
- Deputado pelo Partido Nacionalista (1908-1910);
- Deputado, liderando a minoria católica no Parlamento (Centro Católico Português) e também a minoria monárquica (1918-1919);
- Deputado pelo Partido Nacionalista (1925-1926).

Carreira parlamentar

Legislaturas	Círculo	Comissões
I	Não existiam círculos nem Comissões permanentes.	

Intervenções parlamentares

I Legislatura (1935-1938)

1.ª Sessão Legislativa (1935)

- Discute na generalidade a proposta de lei n.º 3 (Alterações à Constituição Política) e o respectivo parecer da Câmara Corporativa.
- Envia para a Mesa um aviso prévio sobre a lei do divórcio.
- Envia para a Mesa um documento insistindo no seu pedido de informações, apresentado na sessão de 23 de Janeiro.
- Envia um aviso prévio sobre o procedimento de algumas corporações administrativas no lançamento e cobrança de impostos.

- Manifesta o desejo de tratar da censura.
 - Realiza o seu aviso prévio sobre o lançamento e cobrança impostos municipais e envia uma moção.
- 2.ª Sessão Legislativa (1935-1936)*
- Faz considerações e manda uma moção sobre a proposta de lei n.º 65 (autorização das receitas e despesas para 1936) a respeito de dotações para cadeias civis.
 - Refere-se ao projecto de lei n.º 25 (sobre a defesa da família) e manda um aviso prévio respeitante à censura prévia à imprensa.
 - Declara desejar tratar das precárias circunstâncias em que se encontram a filha e a neta de Camilo Castelo Branco.
 - Discute a proposta de lei que reorganiza o Ministério da Instrução.
- 3.ª Sessão Legislativa (1936-1937)*
- Envia dois avisos prévios, um que trata da inconstitucionalidade dos decretos-leis n.ºs 24.625 e 27.101, relativos a expropriações, e outro referente ao problema da protecção às famílias numerosas.
 - Fala sobre a proposta de lei relativa aos contratos de prestação de serviços.
 - Envia dois avisos prévios, um que trata da necessidade de modificar o decreto n.º 25.270, relativo à classe rural da região do Porto, e outro renovando a iniciativa de um seu anterior, com relação à protecção a dispensar às famílias numerosas.
 - Discute as propostas de lei sobre o recrutamento militar e a organização geral do exército.
- 4.ª Sessão Legislativa (1937-1938)*
- Envia um aviso prévio acerca da concessão de uma pensão a uma neta do escritor Camilo Castelo Branco.
 - Fala sobre a proposta de lei reorganizando o ensino primário.
 - Envia um aviso prévio acerca de assuntos respeitantes às juntas de freguesia urbanas.
 - Realiza o seu aviso prévio acerca das precárias condições em que se encontra uma neta do escritor Camilo Castelo Branco e envia uma moção.
 - Agradece ao Governo a forma generosa como resolveu o caso que foi objecto deste aviso prévio.
 - Fala acerca da proposta de lei de construção dos Palácios de Justiça de Lisboa e Porto.